



Universidade do Minho
Unidade de Arqueologia

ARQUEOLOGIA E REABILITAÇÃO URBANAS EM BRAGA E O EDIFÍCIO Nº 1 DA PRAÇA DA REPÚBLICA



Luís Fernando de Oliveira Fontes

TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS DA U.A.U.M. / MEMÓRIAS, N.º 105, 2021

Ficha Técnica

Editor: **UNIDADE DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO**

Edifício dos Congregados – Avenida Central 100

P 4710-229 Braga

Direção: **LUÍS FONTES E MANUELA MARTINS**

Ano: **2021**

Suporte: **EM LINHA**

2

Endereço eletrónico: <https://www.uaum.uminho.pt/edicoes/revistas>

ISSN: **1647-5836**

Título: ARQUEOLOGIA E REABILITAÇÃO URBANAS EM BRAGA E O EDIFÍCIO Nº1 DA PRAÇA DA REPÚBLICA.

Autor: **LUÍS FERNANDO DE OLIVEIRA FONTES**



Universidade do Minho
Unidade de Arqueologia

Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS

n.º 105

2021

3

ARQUEOLOGIA E REABILITAÇÃO URBANAS EM BRAGA E O EDIFÍCIO Nº1 DA PRAÇA DA REPÚBLICA

Luís Fernando de Oliveira Fontes

Reservados todos os direitos: Decreto-Lei nº332/97 e 334/97, de 27 de novembro (que regulamenta os direitos de autores e direitos conexos) e a lei 50/2004, de 24 de agosto (que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva nº2001/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio, relativa a direitos de autor e conexos). Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização expressa do autor.

Índice

1. Introdução	5
2. Arqueologia e reabilitação urbanas: princípios e definições	6
3. Arqueologia urbana e valorização do património em Braga	12
3.1. Projetos de intervenção no edificado urbano	15
3.2. Projetos de valorização de património arqueológico	42
4. A intervenção no edifício n.º 1 da Praça da República	55
5. Da cidade à paisagem urbana: projetar com arqueologia	66
6. Considerações finais	68

1. Introdução

A conservação e salvaguarda de todas as formas de património cultural urbano são hoje amplamente reconhecidas como necessárias na qualificação das cidades, para melhorar a sua habitabilidade e proteger as suas identidades, devendo integrar as estratégias de regeneração urbana centradas nas pessoas ¹.

O estudo do património arqueológico urbano constitui uma das componentes consideradas fundamentais para essa qualificação ², concretizando-se através da chamada Arqueologia Urbana, que se desenvolveu a partir de meados do século passado e que hoje se afirma já como área disciplinar autónoma ³.

Assim acontece na cidade de Braga, que possui já um importante histórico de estudo e valorização do património arqueológico, proporcionado pelo mais antigo e ativo projeto de arqueologia urbana existente em Portugal, iniciado em 1976 e então designado como 'Salvamento de *Bracara Augusta*' e agora 'Projeto de Arqueologia de Braga' ⁴, cientificamente liderado pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM) e executado em parceria com a Divisão de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, criada em 1992 para servir a estratégia de reabilitação urbana promovida pelo município, e com o Museu D. Diogo de Sousa.

O projeto de reabilitação do edifício n.º 1 da Praça da República constitui o mais recente exemplo das consequências da prática corrente em Braga de realização de trabalhos arqueológicos, os quais, resultando da regulamentação das intervenções em contextos de sensibilidade arqueológica, se orientam sempre para o estudo, avaliação, conservação e eventual valorização dos vestígios que possam identificar-se.

¹ UNESCO (2016). *Culture. Urban Future. Global report on culture for sustainable urban development*, Unesco: Paris. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245999?fbclid>

² CONSELHO EUROPA (2000). *Archaeology and the urban project: A European code of good practice*, adotado pelo Comité do Património Cultural do Conselho da Europa na sua 15.ª sessão plenária (8-10 de março); MARTINS, M. e RIBEIRO, M. (2009/2010). A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades, *Forum*, 44-45, Universidade do Minho-Conselho Cultural: Braga, p.149-178.

³ RAJA, R. e SINDBÆK, S. (2020). Urban Archaeology: A New Agenda - Editorial, *Journal of Urban Archaeology*, 1, Brepols Publishers: Turnhout, p. 9-13. 10.1484/J.JUA.5.120906.

⁴ MARTINS, M., FONTES, L. e CUNHA, A. (2013). Arqueologia Urbana em Braga: balanço de 37 anos de intervenções arqueológicas, in *Arqueologia em Portugal. 150 anos* (coord. J.M. Arnaud, A. Martins, C. Neves), [I Congresso Nacional da AAP, Biblioteca Nacional 21-22 novembro 2013], Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, pp.81-88. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/26824>

A concretização do referido projeto ofereceu-nos a oportunidade para, por um lado, expor uma síntese atualizada dos princípios e definições correlacionados com a arqueologia e a reabilitação urbanas e, por outro lado, de refletir sobre o contributo da arqueologia urbana em Braga para a qualificação da cidade e de descrever o processo e apresentar uma síntese dos resultados proporcionados pela intervenção realizada no n.º 1 da Praça da República ⁵, que possibilitaram aumentar o conhecimento da história da evolução urbana, acrescentar valor cultural ao edifício e proporcionar a sua fruição pública. Finalizamos ensaiando antever o contributo da arqueologia para a construção da futura paisagem urbana bracarense.

2. Arqueologia e reabilitação urbanas: princípios e definições

A arqueologia urbana desenvolveu-se em todo o mundo como resposta aos impactes da acelerada transformação urbana decorrente da industrialização, conhecendo um impulso significativo na Europa a partir de meados do século passado no contexto da reconstrução e expansão das cidades destruídas pela Segunda Guerra Mundial ⁶.

A sua importância para o conhecimento da história das cidades, conhecimento considerado necessário para qualificar as transformações urbanas, suscitou múltiplas reflexões sobre as modalidades de gestão da arqueologia urbana, reflexões que estão na origem da elaboração da 'Carta de Washington' de 1987 ⁷ e que, após o relatório de avaliação da arqueologia urbana na Europa patrocinado pelo Conselho da Europa em 1999 ⁸, se plasmaram em 2000 no 'código europeu de boas práticas em arqueologia e planeamento urbano' ⁹ e em 2011 na 'recomendação sobre a

⁵ Fontes, L., Silva, L., Magalhães, F., Machado, D., Alves, A. e Catalão, S. (2020). Salvamento de Bracara Augusta. Reconstrução e ampliação do Edifício n.º 1 da Praça da República, Braga. Relatório Final. *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, N.º 91, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/68288>

⁶ DEMOULE, J.-P. (2012). Rescue Archaeology: A European View, *Annual Review of Anthropology*, 41, p. 611-626. Doi 10.1146/annurev-anthro-092611-145854; GARMY, P. (1995) *Urban Archaeology in France*, Committee on Cultural Heritage, European Plan for Archaeology, Group of Specialist on Urban Archaeology, CE, Strasbourg; LOZNY L.R. (2018) Western Europe: Historical Archaeology. In: Smith C. (eds) *Encyclopedia of Global Archaeology*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-51726-1_1542-2

⁷ CHARTER FOR THE CONSERVATION OF HISTORIC TOWNS AND URBAN AREAS (WASHINGTON CHARTER 1987), Adopted by ICOMOS General Assembly in Washington, DC, October 1987. https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/towns_e.pdf

⁸ COUNCIL OF EUROPE (1999). *Report on the Situation of Urban Archaeology in Europe*, Council of Europe Publishing: Strasbourg.

⁹ CONSELHO EUROPA (2000). *Op. cit.*

paisagem histórica urbana’¹⁰ e nos ‘princípios de La Valetta para a salvaguarda e gestão das cidades e conjuntos urbanos históricos’ adotados pelo ICOMOS¹¹.

Para o tema do trabalho que aqui desenvolvemos, interessa destacar os princípios e objetivos 5 e 11 consagrados na ‘Carta de Washington’, o primeiro porque estabelece a necessidade de estudos pluridisciplinares prévios para informar a elaboração dos planos de salvaguarda das cidades históricas, os quais devem incluir “(...) uma análise dos dados, designadamente arqueológicos, históricos, arquitectónicos, técnicos, sociológicos e económicos, (...)”, e o segundo porque realça a importância do conhecimento da história das cidades, recomendando a promoção das “(...) investigações de arqueologia urbana e a apresentação adequada das descobertas arqueológicas.”

Foi por reconhecer a importância do passado na criação da cidade do futuro e por ser necessário considerar a arqueologia no ordenamento do território e nas políticas de desenvolvimento cultural, que o Comité do Património Cultural do Conselho da Europa recomendou, em 2010, a adoção de um ‘código europeu de boas práticas em arqueologia e planeamento urbano’.

7

Visando aumentar a proteção do património arqueológico urbano europeu e facilitar a cooperação entre planeadores, arqueólogos e promotores, pois todos se preocupam com a cidade do futuro, o referido código surgiu num momento em que as políticas urbanas eram, e continuam a ser, cada vez mais repensadas para corrigir erros do passado e para conter a ‘crise urbana’, e quando os centros históricos continuam a ser objeto de interesses.

E seguindo as orientações já consagradas na Convenção de Malta¹², o código postula a preservação preferencial dos vestígios arqueológicos *in situ*, devendo tal decisão resultar do efetivo envolvimento de todas as entidades interessadas.

Em 2011, nos ‘princípios de La Valetta para a salvaguarda e gestão das cidades e conjuntos urbanos históricos’, o ICOMOS atualizou as considerações veiculadas pela

¹⁰ RECOMMENDATION ON THE HISTORIC URBAN LANDSCAPE (2011), Adotada pela 36.ª Conferência Geral da UNESCO, Paris, 10 November. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000215084.page=52>. Ver também *The UNESCO Recommendation on the Historic Urban Landscape Report of the Second Consultation on its Implementation by Member States*, 2019. UNESCO World Heritage Centre. <https://whc.unesco.org/en/hul/>

¹¹ PRINCÍPIOS DE LA VALLETTA PARA A SALVAGUARDA E GESTÃO DE CIDADES E CONJUNTOS URBANOS HISTÓRICOS, Adotados pela 17.ª Assembleia Geral do ICOMOS, Paris, 28 novembro de 2011. https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/Valletta_Principles_Portugese.pdf

¹² Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (revista), aberta à assinatura em La Valetta, Malta, em 16 de Janeiro de 1992, aprovada para ratificação pela Resolução 71/97 da Assembleia da República (*Diário da República – I Série-A*, N.º 289, de 16-12-1997).

Carta de Washington em 1987 e pela Recomendação de Nairobi de 1976 ¹³, estabelecendo como fundamental que o património deveria ser considerado um recurso do ecossistema urbano.

Nesse documento orientador definem-se as cidades e os conjuntos históricos como constituídos por “(...) elementos tangíveis e intangíveis. Os elementos materiais incluem, além da estrutura urbana, elementos arquitetónicos, paisagens dentro e fora da cidade, vestígios arqueológicos, panoramas, perfis, fugas visuais e sítios notáveis. Os elementos intangíveis incluem atividades, funções simbólicas e históricas, práticas culturais, tradições, memórias e referências culturais que constituem a substância do seu valor histórico.”

Destaca-se ainda, ao nível dos critérios de intervenção, a indicação de que “a preservação e gestão de uma cidade ou conjunto histórico devem ser feitas com prudência, método e rigor, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. A salvaguarda e a gestão devem ser baseadas em estudos multidisciplinares preliminares para determinar as componentes e valores do património urbano a preservar. (...)”.

Em Portugal, as cartas e convenções internacionais foram diversamente acolhidas nos instrumentos legais de enquadramento do património cultural e de gestão territorial ¹⁴ e na regulamentação de nível municipal, via Planos Diretores Municipais, planos que nas gerações mais recentes já consideram o património cultural nas suas diversas expressões e numa perspetiva mais alargada de planeamento integrado, ultrapassando a visão simplista de mero registo do ‘património classificado’.

O PDM de Braga ¹⁵ dedica a sua Secção V ao Sistema Patrimonial, enquanto componente da organização do sistema de estruturação urbana, caracterizando aquele como correspondente “(...) aos recursos patrimoniais e respetivos espaços de proteção, especialmente a salvaguarda dos valores arquitetónicos, arqueológicos e urbanísticos, incluindo: a) Património classificado e em vias de classificação; b) Património arquitetónico e arqueológico inventariado.” (Artigo 28.º). Estabelece que

¹³ RECOMENDAÇÃO SOBRE A SALVAGUARDA DOS CONJUNTOS HISTÓRICOS E DA SUA FUNÇÃO NA VIDA CONTEMPORÂNEA, Adotada pela 19.ª sessão da UNESCO, Nairobi (Quénia), 26 de Novembro de 1976.
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/salvaguardaconjuntoshistoricos1976.pdf>

¹⁴ LEI n.º 107/2001 (Lei de bases do património): *Diário da República* - I Série-A, N.º 209, de 8 de setembro; DECRETO-LEI n.º 140/2009 (regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados): *Diário da República*, 1.ª série - N.º 113, de 15 de junho; DECRETO-LEI n.º 309/2009 (estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda: *Diário da República*, 1.ª série - N.º 206, de 23 de outubro; LEI n.º 32/2012 (Regime jurídico da reabilitação urbana): *Diário da República* - I Série, N.º 157, de 14 de agosto; DECRETO-LEI n.º 80/2015 (desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo): *Diário da República*, Série I, N.º 93, de 14 de maio;

¹⁵ AVISO n.º 11741/2015: *Diário da República*, 2ª Série, N.º 201, de 14 de outubro.

qualquer “(...) intervenção neste espaço deve privilegiar a valorização, proteção, conservação e recuperação dos valores culturais, arquitetónicos, arqueológicos e urbanísticos (...)” (Artigo 29.º) e que no Centro Histórico a edificabilidade fica condicionada pela legislação geral e pelas normas do Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico da Cidade de Braga (Artigo 30.º).

Revitalização que fazemos equivaler a reabilitação, adotando a definição constante da alínea j) do Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, ¹⁶: «Reabilitação urbana» a forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infra-estruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização colectiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios;”.

É justamente no Código Regulamentar do Município de Braga, Título B3 – Centro Histórico ¹⁷, que começa por identificar como objetivo geral o estabelecimento de regras orientadoras e a definição das condições essenciais para a sua renovação, recuperação e reutilização, mantendo o carácter essencial (Artigo B-3/1.º), que mais detalhadamente se estabelecem as condicionantes arqueológicas (Artigo B-3/9.º) e arquitetónicas (Artigo B-3/15.º), relevando naquelas a indicação de que deve “(...) ser privilegiada a proteção, conservação e, se possível, a valorização dos vestígios arqueológicos”.

A proposta de alteração ao Título III, da Parte B do Código Regulamentar do Município de Braga – Centro Histórico, colocado recentemente à discussão pública ¹⁸, reflete já um melhor entendimento da importância do património no contexto da valorização cultural da cidade, na linha das mais recentes contribuições da UNESCO constantes do *Global Report on Culture for Sustainable Urban Development*, relatório onde se sublinha que a cultura é a solução para tornar as cidades atraentes, criativas e sustentáveis, que a cultura está no cerne do desenvolvimento urbano e que sem cultura as cidades como espaços de vida vibrantes não existem. A leitura dos vestígios da história, também a partir do património arqueológico, que se encontra nos espaços públicos ou privados marcados pelas camadas do tempo, constitui

¹⁶ *Diário da República*, 1.ª série – N.º 206, de 23 de Outubro de 2009. Alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

¹⁷ Regulamento n.º 973/2016: *Diário da República*, Série II, N.º 206, de 26 de outubro, que substitui o anterior Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico da Cidade de Braga (REGULAMENTO n.º 164/2012: *Diário da República*, 2ª Série, N.º 89, de 8 de maio).

¹⁸ AVISO n.º 11225/2020: *Diário da República*, 2ª Série, Parte H, N.º 150, de 4 de agosto.

igualmente uma expressão cultural que oferece às pessoas a oportunidade de se identificarem coletivamente ¹⁹.

Na referida proposta de alteração releva a recomendação de se evitar a construção de caves, de modo a preservar a riqueza arqueológica do subsolo.

No domínio da área disciplinar da arqueologia, o incremento das intervenções arqueológicas em contexto urbano suscitou profundas reflexões metodológicas sobre os processos de escavação e registo, e reflexões epistemológicas sobre as perspetivas de abordagem e alcance do conhecimento produzido.

Embora não seja este o tema do trabalho aqui apresentado, é importante assinalar que foi na sequência das experiências de arqueologia urbana que se produziram avanços significativos na definição das modalidades de organização de intervenção arqueológica e nas metodologias de escavação, registo e processamento dos dados arqueológicos, desde a constituição de equipas multidisciplinares até à escavação em área e da sequenciação matricial da estratigrafia arqueológica (vulgo ‘método Harris’) até à integração da estratigrafia de cota positiva através da subárea disciplinar da Arqueologia da Arquitetura ²⁰.

Ultrapassada, por estéril, a discussão inicial sobre se a arqueologia urbana seria uma ‘arqueologia das cidades’ ou uma ‘arqueologia nas cidades’, é hoje generalizadamente aceite que a arqueologia urbana respeita ao estudo das relações entre a cultura material, o comportamento humano e o conhecimento dos ambientes urbanos, definindo-se centro urbano, ou cidade, como uma entidade sociopolítica que exhibe as características de um ambiente urbano. A arqueologia urbana consiste, pois, na utilização de métodos arqueológicos para estudar os processos específicos de desenvolvimento urbano, em qualquer época ²¹.

¹⁹ UNESCO (2016). *Op. cit.*, p.17.

²⁰ CABALLERO ZOREDA, L. (2009). Edifício Histórico y Arqueología: un compromiso entre exigencias, responsabilidad y formación, *Arqueología de la Arquitectura*, 6, CSIC/UPV: Madrid/Vitoria, p.11-19. doi 103989/arqarqt.2009.09005; HARRIS, E. (1979). *Principles of Archaeological Stratigraphy*, Academic Press: London & New York; CARVER, M. (1987). *Underneath English Towns: Interpreting Urban Archaeology*. B.T. Batsford Ltd: London; MAÑANA BORRAZÁS, P., BLANCO ROTEA, R. e AYÁN VILA, X. (2002). *Arqueotectura 1: Bases teórico-metodológicas para una Arqueología de la Arquitectura*. TAPA, 25. Laboratorio de Patrimonio, Paleoambiente e Paisaxe/IIT-USC: Santiago de Compostela; PARENTI, R. (1996). Una vision general de la Arqueologia de la Arquitectura. *Actas Arqueologia de la Arquitectura*, Junta de Castilla e Leon: Burgos, p.13-21; STASKI, E. (1982). Advances in Urban Archaeology, *Advances in Archaeological Method and Theory*, Vol. 5, [Academic Press, Inc.], p.97-149. Springer, DOI: 10.2307/20210054. <https://www.jstor.org/stable/20210054>; THORPE, R. (2004). The Devil Is In The Detail: Strategies, Methods and Theory in Urban Archaeology, in *Digging in the Dirt. Excavation in a new millennium*, G. Carver (ed.), (BAR International Series S 1256), 87-95. Hadrian Books: Oxford.

²¹ STASKI, E. (1982). Advances in Urban Archaeology, *Advances in Archaeological Method and Theory*, Vol. 5, [Academic Press, Inc.], p.97-149. Springer, DOI: 10.2307/20210054. <https://www.jstor.org/stable/20210054>

A compreensão de que a arqueologia urbana se debruça sobre o aparecimento e evolução do fenómeno urbano enquanto processo histórico, e não apenas sobre a cidade física, é crucial para o entendimento de como a arqueologia é fundamental para o estudo de qualquer fenómeno urbano, apesar de as cidades também se definirem como objetos físicos. Porque tendo por suporte a análise das diversas materialidades ‘reais’ dos sítios onde as cidades e o urbanismo acontecem, das edificações aos artefactos, a arqueologia não se limita a caracterizar as expressões físicas das cidades e das atividades que aí acontecem, propondo-se sobretudo explicar os processos sociais subjacentes ao fenómeno urbano ²².

A cidade constitui-se, assim, na estimulante formulação de Andrea P. White, no “paradigma arqueológico urbano do supersítio”, contribuindo a análise arqueológica para a compreensão holística da cidade histórica ²³.

Os diversos atributos que definem os ‘sítios-cidade’ combinam-se em diferentes dimensões, as principais das quais são o tamanho (população, área, densidade), as funções (atividades e instituições), a sociedade e vida urbana (mobilidade social e organização política) e a forma (traçado e planeamento) ²⁴.

Às dimensões principais acima enunciadas acresce uma outra incontornável dimensão, que é a expressão territorial dos ‘sítios-cidade’, isto é, as conexões e inter-relações locais, regionais, nacionais e internacionais que conformam a essência do fenómeno urbano, complexificando a análise arqueológica. De facto, qualquer ‘sítio-cidade’ se inscreve numa paisagem urbana mais ou menos alargada, e embora as áreas centrais ou ‘núcleos históricos’ continuem a ser os mais complexos de todos os sítios arqueológicos (pela sua extensão e profundidade estratigráfica), o seu estudo exige uma abordagem multi-escala das paisagens em que se inscrevem ²⁵. Porque as ‘paisagens internas’ das cidades (arquiteturas e formas urbanas) se articulam com as ‘paisagens externas’ dos territórios de que mais diretamente dependem (os hinterland ou áreas de captação de recursos) ²⁶.

²² ORTMAN, S., SMITH, M., LOBO, J. e BETTENCOURT, L. (2020). Why Archaeology is Necessary for a Theory of Urbanization, *Journal of Urban Archaeology*, 1, Brepols Publishers: Turnhout, p. 151-167. 10.1484/J.JUA.5.120914, p.153-154.

²³ WHITE, A. (2018). *The Urban Archaeological Supersite Paradigm: Integrating Archaeology and HGIS into Heritage Management*, LSU Digital Dissertations 4763. https://digitalcommons.lsu.edu/gradschool_dissertations/4763

²⁴ SMITH, M. (2020). Definitions and Comparisons in Urban Archaeology, *Journal of Urban Archaeology*, 1, Brepols Publishers: Turnhout, p. 15-30. 10.1484/J.JUA.5.120907

²⁵ O'KEEFFE, T., & YAMIN, R. (2006). Urban historical archaeology, in D. Hicks & M. Beaudry (Eds.), *The Cambridge Companion to Historical Archaeology*, Cambridge: University Press Cambridge, p.87-103.

doi:10.1017/CCO9781139167321.006; BAUMANOVA M. e VIS B. (2019) Comparative Urbanism in Archaeology, in Smith C. (eds) *Encyclopedia of Global Archaeology*, Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-51726-1_3478-1

²⁶ MONICA S. (2014). The Archaeology of Urban Landscapes, *Annual Review of Anthropology*, 43, p.307-323. Doi 10.1146/annurev-anthro-102313-025839



Figura 1 – A paisagem urbana exige uma abordagem multi-escala.

3. Arqueologia urbana e valorização do património em Braga

Neste capítulo, mais do que historiar os resultados da atividade da arqueologia urbana em Braga, sobre a qual existe extensa bibliografia ²⁷ e cujo projeto é reconhecido como “(...) o mais emblemático de arqueologia urbana vinculado a uma unidade de investigação.” ²⁸ ou “(...) uma referência em termos de Arqueologia Urbana em Portugal, (...)” ²⁹, trataremos do peso da componente científica e da importância da articulação institucional, para depois apresentarmos uma síntese das intervenções exemplificadoras da relação arqueologia e reabilitação urbanas.

²⁷ Por todos, ver: MARTINS, M. e FONTES, L. (2009). Reading the historical landscapes of Braga region. A millenary heritage to the future, in *Patrimoine, images et mémoire des paysages européens*, (coord. Laure Lévêque, Maria Ruiz Árbol & Liliana Pop) Paris COST Action A27 Landmark edition, ESF, Harmattan: Paris; MARTINS, M. e FONTES, L. (2010) - Bracara Augusta. Balanço de 30 anos de investigação arqueológica na capital da Galécia romana, in *Simulacra ROMAE II. Rome, les capitales de province (capita prouinciarum) et la création d'un espace commum européen. Une approche archéologique*, (Actes du Colloque tenu à Reims, 19-21 novembre 2008), Bulletin de la Société archéologique champenoise, Mémoire n. 19, p.111-124; MARTINS, M., FONTES, L. e CUNHA, A. (2013). *Op. cit.*

²⁸ LOPES, M. (2018). Arqueologia na cidade em construção, in *Arqueologia Urbana em Centros Históricos*, (João Pedro Bernardes, Carlos Etchevarne, M. Conceição Lopes e Carlos Costa, Eds.), Universidade do Algarve – CEAACP: Faro, p.324.

²⁹ MADEIRA, S. (2011). *O Museum of London e a Arqueologia Urbana, um exemplo de gestão arqueológica do espaço urbano e sua possível aplicação ao território português*, dissertação de mestrado apresentada à FLUC, Universidade de Coimbra: Coimbra, p.70.

Também não cabe neste trabalho escapelizar as razões da generalizada deriva ‘preventiva’ ou ‘emergencial’ da arqueologia urbana e do seu progressivo alheamento da produção e transferência de conhecimento, em Portugal e no resto do mundo, matéria que alimentou já a produção de abundante bibliografia de diagnóstico e análise prospetiva, infelizmente sem grandes resultados práticos ³⁰.

Mas porque a ausência de políticas consistentes de apoio à investigação é uma das principais e recorrentes causas apontadas, importa sublinhar que, diferentemente da prática que reduziu a arqueologia urbana “(...) a simples acompanhamentos e escavações de carácter preventivo, maioritariamente casuísticas, sem qualquer enquadramento em projetos de investigação, servindo quase exclusivamente para libertar as cidades da sua carga arqueológica. (...)” ³¹, é justamente a existência de um projeto coordenado de investigação, com objetivos e metodologias bem estabelecidas, orientado para o estudo da evolução histórica da cidade e para a valorização do património arqueológico, que verdadeiramente qualifica o exercício da arqueologia urbana em Braga.

Cientificamente liderado pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM), o projeto de arqueologia urbana de Braga vincula-se aos princípios enunciados no capítulo anterior, constituindo a investigação aplicada e consequente transferência de conhecimento um dos seus pilares de atuação, a qual, através da constante inovação, procura cumprir os objetivos que justificaram a sua criação em 1977. Criação que, inscrevendo-se na visão ‘ilustrada’ dos então responsáveis da universidade ³², deu satisfação às reivindicações da opinião pública bracarense que, através da ASPA - Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural, se mobilizou ativamente em torno da defesa do estudo, conservação e valorização dos vestígios de *Bracara Augusta*.

Sendo certo que essa inicial convergência de interesses entre a instituição universitária e a sociedade bracarense foi determinante para formalizar o projeto de arqueologia urbana de Braga, então sintomaticamente designado por “Salvamento de *Bracara Augusta*”, a sua consolidação e desenvolvimento foi impulsionada pela criação, em 1992, do então chamado Gabinete Municipal de Arqueologia (GMA) ³³ através do qual mais facilmente se organizou a gestão do número crescente de

³⁰ LOPES, M. (2018). *Op. cit.*; MARTINS, M. e RIBEIRO, M. (2009-2010). A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades, *Forum*, 44-45, Universidade do Minho-Conselho Cultural: Braga, p.159

³¹ MARTINS, M. e RIBEIRO, M. (2009-2010), *Op. cit.*

³² NUNES, H. (1996), Para a história do Salvamento de Bracara Augusta: 1 - O papel da Universidade do Minho, *Forum*, 19, Braga, p.23-48.

³³ Atualmente unidade de arqueologia integrada na Divisão do Centro Histórico, Património e Arqueologia, do Departamento de Urbanismo.

intervenções na cidade ³⁴, beneficiando ainda da revitalização do Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa em 1980, materializada em 2007 com a inauguração das suas novas e atuais instalações.

Passadas mais de quatro décadas do projeto de arqueologia urbana de Braga e mais de cinco centenas de intervenções arqueológicas realizadas na cidade e no seu território, os resultados saldaram-se pela inequívoca renovação do conhecimento da sua história, dada a conhecer por uma vastíssima produção bibliográfica, de acesso aberto ³⁵, e por um notável acréscimo de novo património à cidade.

É neste último aspeto que melhor se vislumbra a articulação entre arqueologia e reabilitação urbana e que justifica a parte inicial do título deste trabalho. Conforme se cartografa nas Figuras 2 e 18, selecionamos 21 exemplos que ilustram essa articulação, distinguindo entre duas categorias de projetos: projetos de intervenção no edificado urbano orientados para a sua requalificação funcional, de promoção privada e/ou pública e que na fase de execução acabaram por integrar vestígios arqueológicos (de 1 a 15), e projetos de intervenção em áreas urbanas não edificadas, orientados exclusivamente para a valorização de património arqueológico, promovidos por entidades públicas e religiosas (de A a F).

É uma distinção que julgamos necessário fazer porque, nos primeiros, a componente de arqueologia é uma consequência, enquanto nos segundos a arqueologia é a causa. Os primeiros resultam da aplicação da regulamentação de salvaguarda, traduzem a aplicação de critérios de valoração assentes na importância científica, na significância histórico-cultural, na exemplaridade e na autenticidade e, não menos importante, evidenciam a assimilação, por parte dos promotores, do conceito de património arqueológico como recurso suscetível de exploração e consequentemente de gerar mais-valias. Os segundos são projetos que visam simultaneamente recuperar e valorizar sítios/monumentos arqueológicos de reconhecida importância e potenciadores da qualificação dos espaços urbanos em que se inscrevem.

Há uma outra distinção que se evidencia nos exemplos 1 a 15, cuja seleção procuramos que refletisse a evolução registada nas soluções de integração encontradas para cada um dos projetos, constatando-se uma clara evolução entre as primeiras experiências ‘conservacionistas’ e as mais recentes ‘integrações didáticas’, reveladoras da complexidade do percurso feito entre soluções que pretendiam afirmar-se como exemplo dos compromissos possíveis na concretização de projetos

³⁴ MARTINS, M. e LEMOS, F. (1997-98). Duas décadas de vida de um projecto: o Salvamento de *Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 14-15, p.9-21.

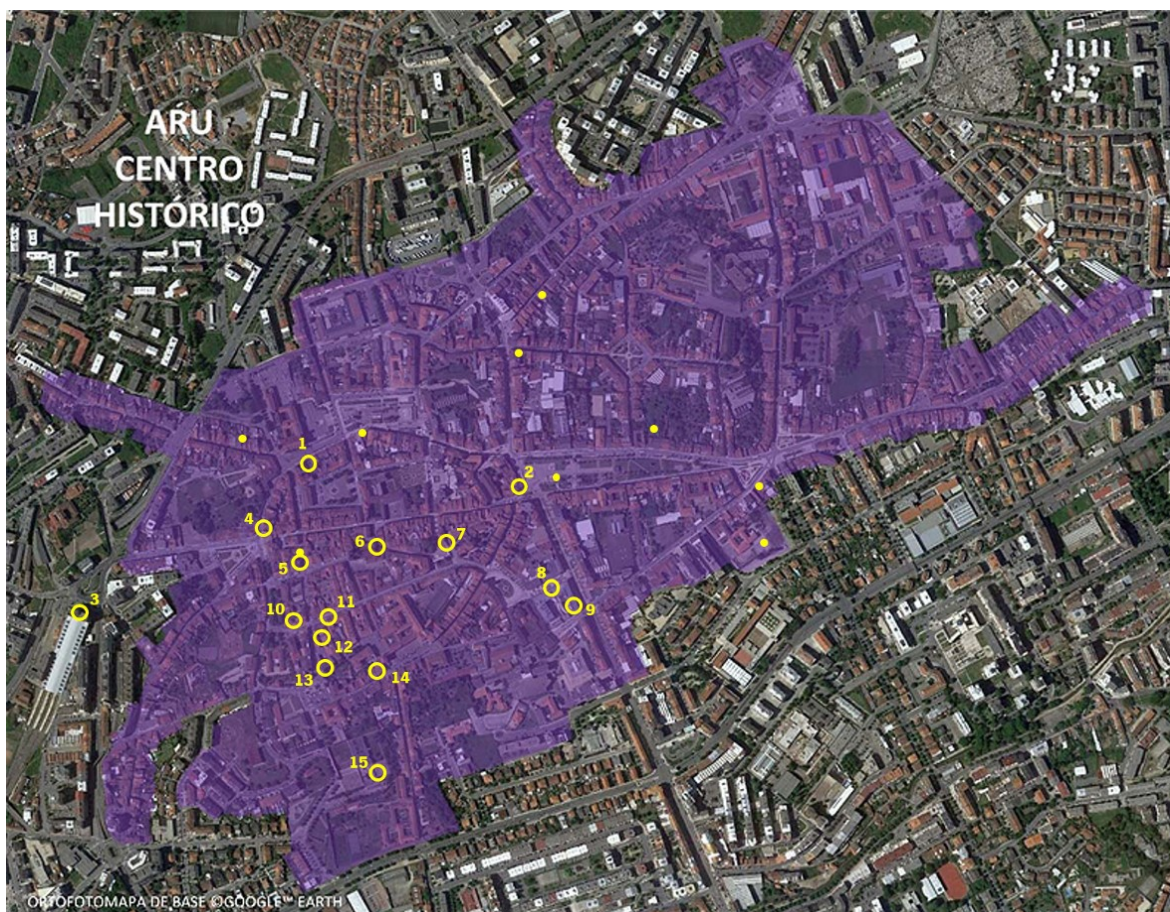
³⁵ As principais publicações estão disponíveis no *RepositórioUM* da Universidade do Minho, a que se pode aceder diretamente (<http://repositorium.sdum.uminho.pt/>) ou através do sítio da Unidade de Arqueologia (<http://www.uaum.uminho.pt/>). Ver também as referências bibliográficas nas notas anteriores.

com condicionantes arqueológicas, e soluções que já reivindicam a apropriação dos vestígios arqueológicos como elementos de valorização dos projetos.

3.1. Projetos de intervenção no edificado urbano

Os 15 exemplos seleccionados de projetos de intervenção no edificado urbano orientados para a sua requalificação funcional localizam-se todos na Área de Reabilitação Urbana (ARU)/Centro Histórico, coincidindo basicamente com os perímetros das antigas cidades romana e medieval. Para efeitos deste trabalho não se consideraram os cerca de uma dezena de poços privados, datáveis dos séculos XVII a XIX (na sua maioria desenhados na planta de Braga de 1883-34, de Francisque Goullard), que os trabalhos arqueológicos de acompanhamento permitiram redescobrir e que foram conservados (assinalados no mapa com um simples ponto)

36



15

Figura 2 – Mapa da ARU/Centro Histórico da cidade de Braga com intervenções de reabilitação urbana que integraram vestígios arqueológicos (Imagem reproduzida de <https://ru.cm-braga.pt/0101/reabilitacao-urbana/aru-centro-historico/enquadramento>, em 11-09-2020).

³⁶ Por não se tratar de uma intervenção em zona edificada, também não consideramos os vestígios arqueológicos de uma conduta de água de época romana, integrada no edifício da Escola de Direito do campus de Gualtar da Universidade do Minho (ver capítulo 5).

1 – Praça Conselheiro Torres de Almeida (antigo Tribunal) [projeto em elaboração]

As sondagens arqueológicas preliminares aqui realizadas pela UAUM em 2018-19, no âmbito da apreciação do projeto proposto para o local, permitiram identificar um troço da cerca urbana da cidade medieval, nas proximidades da antiga Porta Limpa ou de São Francisco.

Pelas suas características monumentais e importância histórico-científica, foi determinada a sua conservação *in situ* e conseqüente reformulação do projeto, de modo a ser integrada na futura construção.

Referências:

FONTES, L., BRAGA, C. e CATALÃO, S. (2020). Salvamento de Bracara Augusta. Ampliação e Alteração do Edifício do Antigo Tribunal. Praça Conselheiro Torres de Almeida – Praça do Município, 62, Braga. Relatório Final. *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, N.º 88, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/65686>





Figura 3 – Perspetiva geral do edifício do antigo Tribunal e alçados sul e norte da muralha medieval

2 – Praça da República n.º 1

Ver descrição mais detalhada no capítulo seguinte.

3 – Estação de caminhos-de-ferro

Balneário dito ‘castrejo’, que foi identificado no âmbito de um acompanhamento arqueológico realizado pela UAUM aquando da remodelação da atual estação de caminhos-de-ferro de Braga, em 2000, e que foi integrado no piso -1, no acesso ao parque de estacionamento subterrâneo, em cujas paredes existe informação relativa ao monumento e respetiva função.

Embora as suas características formais remetam para uma tradição construtiva autóctone, o arcaísmo que evidencia, mais do que ‘sinais de antiguidade’, revela um carácter temporário ou provisório, compreensível no contexto de servir durante a fase inicial de construção da cidade, devendo portanto datar desse período.

Referências:

LEMOS, F., LEITE, J., BETTENCOURT, A. e AZEVEDO, M (2003). O Balneário Pré-Romano de Braga, *al-madan*, IIª Série (12), Centro de Arqueologia de Almada: Almada, p.43-46.





Figura 4 – Perspetiva geral da estação de caminho-de-ferro e pormenores do ‘balneário castrejo’

4 – Rua dos Biscainhos n.º 89-105/Praça Conde de São Joaquim n.º 30-34

Entre 2007 e 2015, período em que este conjunto de edifícios foi objeto de reabilitação, a UAUM teve oportunidade de realizar trabalhos arqueológicos de sondagens, escavações em área e levantamentos fotogramétricos, que permitiram recolher dados importantes sobre a sequência de ocupação do lugar entre a Idade Média e a modernidade.

A intervenção culminou com a conservação integral dos alçados da torre tardomedieval, que guarda vestígios das sucessivas edificações que a ela encostaram, visíveis desde o interior dos estabelecimentos comerciais aí instalados.

Referências:

FONTES, L. RORIZ, A., SOUSA, A. SENDAS, J. e BRAGA, J. (2010) - Salvamento de Bracara Augusta. Edifício n.º 89-97 da Rua dos Biscainhos. Relatório Final, *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, N.º 5, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/10715>
FONTES, L. e PIMENTA, M. (2019). SALVAMENTO DE BRACARA AUGUSTA. Rua dos Biscainhos, n.º 99 a 105 e Praça Conde S. Joaquim, n.º 30 a 34, Braga, *Trabalhos Arqueológicos de Levantamento de Alçado e Acompanhamento. Trabalhos arqueológicos 2004-2017, Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, N.º 75, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/62696>





Figura 5 – Perspetiva geral dos edifícios n.º 89-105 da rua dos Biscainhos e n.º 30-34 da Praça Conde de São Joaquim e pormenores dos interiores

5 – Rua Frei Caetano Brandão n.º 142

Porta da muralha romana de *Bracara Augusta*, edificada entre finais do século III e inícios do século IV, que servia a saída da cidade para Norte pela Via XIX, em direção a *Limia* (Ponte de Lima) e *Tude* (Tui). Conserva vestígios significativos da calçada pavimentada com lajes graníticas.

Foi identificada no âmbito de um acompanhamento arqueológico realizado pelo GMA, no quadro de obras de reabilitação do edifício, em 2008. Por se encontrarem a uma cota inferior à soleira, foi possível proceder à sua integração através da colocação de um pavimento em vidro, que permite visualizar os vestígios arqueológicos. Na mais recente adaptação do espaço a restaurante, valorizou-se a perceção do significado histórico do sítio através da exposição de inscrições romanas aí recolhidas e de decoração parietal alusiva à porta da muralha.

Referências:

Relatório não publicado.





Figura 6 – Perspetiva geral do edifício n.º 142 da rua Frei Caetano Brandão e pormenor do interior onde se percebe a via sob o pavimento

6 – Cripta da capela-mor da Sé de Braga

Ao longo de mais de dois anos, entre 1996 e 1998, a UAUM e o GMA realizaram trabalhos arqueológicos no interior da Sé de Braga, destinados a minimizar os impactes das obras de drenagem do subsolo da catedral bracarense. Desta regra “minimalista” de intervenção exceptuaram-se as áreas da capela-mor e do cruzeiro do transepto, onde os trabalhos arqueológicos se alargaram de modo a compreender a evolução arquitectónica daquela importante zona do templo cristão, o que veio a ser possível pelo achado de importantes vestígios de edificações sobrepostas, desde um provável mercado, adaptado a basílica cristã, até às sucessivas reformas medievais e modernas da capela-mor.

Pelo seu elevado interesse científico, pelo seu valor simbólico e também pela sua inequívoca monumentalidade, a que acresce a singularidade de em tão pequeno espaço se conservarem os restos relativos a cerca de 2000 anos de história, considerou-se importante possibilitar a sua visita, o que foi conseguido com a configuração de uma espécie de cripta, a qual garante a celebração normal do culto e a organização litúrgica do espaço ao nível da superfície.

Referências:

FONTES, L. LEMOS, F. e CRUZ, M. (1998) - “Mais Velho” que a Sé de Braga. Intervenção Arqueológica na Catedral Bracarense: notícia preliminar, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 14-15, Braga, 1997-98, pp. 137-164.

<https://hdl.handle.net/1822/10299>



Figura 7 – Perspetiva geral da Sé de Braga e perspetiva do interior da cripta sob a capela-mor

7 – Largo de São João do Souto n.º 1 (Frigideiras do Cantinho)

Os trabalhos arqueológicos realizados pelo GMA no âmbito das obras de reabilitação e ampliação do edifício que albergava, no r/c, o histórico estabelecimento ‘Frigideiras do Cantinho’, entre 1996 e 1997, permitiram a identificação de importantes estruturas arqueológicas datadas dos séculos III – IV/V, parte das quais correspondentes a uma *domus* romana com balneário anexo.

Pela primeira vez em Braga e no contexto da reabilitação urbana, acordou-se a preservação dos vestígios arqueológicos *in situ* e a sua integração arquitetónica, o que foi conseguido pela colocação de um pavimento em vidro no estabelecimento.

Referências:

Relatório não publicado.





Figura 8 – Perspetiva geral do edifício n.º 1 do Largo de São João do Souto e pormenores do pavimento interior e ruínas subjacentes.

8 e 9 – Liberdade Street Fashion (antigo quarteirão dos CTT) [projeto em elaboração]

No decorrer dos trabalhos arqueológicos realizados entre 2008 e 2010 pela UAUM foram identificadas dois núcleos de vestígios diretamente relacionados com a necrópole romana dita da Via XVII, cuja relevância científica e cultural justificou a sua conservação *in situ*. Um dos núcleos inclui um conjunto significativo de sepulturas de incineração e de inumação, de cronologia romana e suevo-visigótica, abrangendo uma área com cerca de 91,5 m², na parte norte do quarteirão, com acesso pela Rua Dr. Gonçalo Sampaio. O outro núcleo, com uma área aproximada de 200 m², situa-se na parte sudeste do quarteirão, com acesso pela Rua do Raio, sendo basicamente constituído por um raro edifício funerário de cronologia romana.

Referências:

MARTINS, M., FONTES, L., BRAGA, C., BRAGA, J., MAGALHÃES, F. e SENDAS, J. (2010) - Salvamento de Bracara Augusta. Quarteirão dos CTT (BRA 08-09 CTT). Relatório Final, *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, N.º 1, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/10141>

FONTES, L., MARTINS, M. e ANDRADE, F. (2010) - Salvamento de Bracara Augusta. Quarteirão dos CTT/Interligação Túnel Avenida da Liberdade (BRA 09 CTT-ITAVL). Relatório Final, *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, N.º 2, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/10143>

FONTES, L., MARTINS, M., CATALÃO, S. e SENDAS, J. (2010) - Salvamento de Bracara Augusta. Ampliação do Túnel da Avenida da Liberdade (BRA 08-09 TAVL). Relatório Final, *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, N.º 7, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/11048>



Figura 9 – Perspetiva geral do edifício dos antigos CTT, atual Liberdade Street Fashion

8 - Núcleo da Rua Dr. Gonçalo Sampaio

Este núcleo alberga uma dos mais notáveis conjuntos funerários peninsulares, composto por 5 sepulturas monumentais que cobrem um período cronológico entre os séculos III/IV e V/VI.

Duas das sepulturas, em caixa de tijolos e cobertura em telhado de duas águas, inscrevem-se num recinto murado de planta retangular. As outras três, implantadas isoladamente, são igualmente monumentais, destacando-se a que guarda no seu interior um raríssimo caixão de chumbo.

Considerando as características raras do conjunto de estruturas funerárias aqui identificada, sem paralelo em Portugal, entendeu-se que deveria ser conservado no local e devidamente musealizado, pois constitui um exemplo extraordinário da riqueza das práticas funerárias representadas na necrópole da Via XVII.

Referências:

BRAGA, C. (2010). *Rituais funerários em Bracara Augusta: o novo núcleo de necrópole da Via XVII*, (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. <https://hdl.handle/1822/13913>







Figura 10 – Entrada para o núcleo da Rua Dr. Gonçalo Sampaio e pormenores das estruturas funerárias conservadas

9 - Núcleo da Rua do Raio

Neste núcleo conservou-se um raro edifício funerário de planta trapezoidal irregular, com 13,70 m de comprimento máximo, por 8,75 m de largura na parte sul e cerca de 6 m na parte norte. É composto internamente por um conjunto de compartimentos, que configuram uma espécie de caixas retangulares revestidas por *opus signinum*, dispostos de forma simétrica em função de um eixo central, a que se acede por uma porta no lado norte, virada à via XVII.

Considerando as características do edifício, a sua originalidade, o seu estado de preservação, a sua cronologia de construção, que o aproxima do momento da fundação de *Bracara Augusta* e o facto de se encontrar nas imediações do santuário romano da Fonte do Ídolo, justificou a sua conservação e futura musealização.

Referências:

BRAGA, C. (2010). *Rituais funerários em Bracara Augusta: o novo núcleo de necrópole da Via XVII*, (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. [https://hdl/handle/1822/13913](https://hdl.handle/1822/13913)





Figura 11 – Entrada para o núcleo da Avenida da Liberdade/Rua do Raio e pormenores das estruturas funerárias conservadas

10 – Rua Dom Afonso Henriques n.º 1 / Escola Velha da Sé

A execução de um projeto de reformulação arquitetónica do interior do edifício da Antiga Escola da Sé, promovido pela Câmara Municipal de Braga, foi acompanhada por trabalhos arqueológicos realizados pelo GMA entre 1998 e 2003, culminando na identificação de importantes vestígios de época romana e medieval, cujo valor científico, histórico-cultural e monumentalidade justificaram a sua conservação e musealização.

Trata-se de parte significativa de uma *domus* romana, que inclui um balneário e pavimentações em mosaico, ocupada entre os séculos I e IV, de parte da cerca urbana altomedieval e de restos de uma das torres tardomedievais que a reforçou nos séculos XIV-XV. O espaço foi musealizado, tendo-se colocado ao dispor dos visitantes meios interativos que contam a história da evolução do sítio.

Referências:

MAGALHÃES, F. (2019) – A *domus* romana no NO Peninsular. Arquitetura, construção e sociabilidades, Dissertação Doutoramento, ICS/UMinho: Braga. <http://hdl.handle.net/1822/64109>





Figura 12 – Perspetiva geral do edifício n.º 1 da rua Afonso Henriques e pormenores das ruínas arqueológicas conservadas no piso térreo interior

11 – Rua Dom Afonso Henriques n.º 20-28 (*Burgus* Tribute Hotel)

Este edifício foi objeto de trabalhos arqueológicos realizados pela UAUM entre 2008 e 2009, que permitiram recolher dados importantes sobre a sequência de ocupação do lugar entre a época romana e a modernidade.

O resultado final traduziu-se na conservação de parte dos vestígios romanos identificados, integrados no piso térreo da receção do hotel aí instalado, disponibilizando-se informação complementar explicativa da história do sítio.

Ref.: LEITE, J., FONTES, L., MARTINS, M. TOMÉ, J. e MENDES, D. (2012) – Salvamento de Bracara Augusta, edifício n.º 20-28 da Rua Afonso Henriques e n.º 1-3 da Rua de Santo António das Travessas. *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, N.º 25, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. [https://hdl/handle/1822/19004](https://hdl.handle/1822/19004)



Figura 13 – Perspetiva geral do edifício n.º 20-28 da rua Afonso Henriques e pormenor das ruínas arqueológicas conservadas no interior

12 – Rua de Santo António das Travessas n.º 20-26 [aguarda projeto]

Na sequência de trabalhos arqueológicos realizados pela UAUM em 2001-2002, no âmbito de obras de reabilitação dos edifícios propriedade do Município de Braga, identificaram-se restos significativos de edificações de época romana e medieval, que se conservaram *in situ* e que aguardam projeto de musealização.

Referências:

MAGALHÃES, F. (2019) – *A domus romana no NO Peninsular. Arquitetura, construção e sociabilidades*, Dissertação Doutorado, ICS/UMinho: Braga. <http://hdl.handle.net/1822/64109>



Figura 14 – Perspetiva geral do edifício n.º 20-26 da rua de Santo António das Travessas e pormenor das ruínas arqueológicas conservadas no interior

13 – Rua de São Paulo n.º 1 (BLCS-Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva)

O projeto de reabilitação e ampliação do ex-Albergue Distrital de Braga para instalação da atual Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva foi condicionado à realização de trabalhos arqueológicos, que decorreram entre 1980 e 1997 sob direção da UAUM.

Os resultados proporcionaram a identificação de vestígios de uma *domus* romana e de parte do *Cardus* principal norte, tendo-se conservado um pequeno troço do pavimento da via, parte significativa da cloaca subjacente e vestígios do embasamento do pórtico que ladeava a rua, que foram integrados na nova construção através de diferentes soluções arquitetónicas.

Referências:

LEMONS, F. e LEITE, J. (2000) Trabalhos Arqueológicos no Logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas (ex-Albergue Distrital), *Fórum*, 27, Jan. – Jun., Braga, pp.15-38.

TORRES, A. (2014). *Sequência de ocupação da Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital. Contributo para a análise evolutiva e funcional de uma unidade doméstica em Bracara Augusta*, Tese Mestrado, ICS/Universidade do Minho: Braga. <http://hdl.handle.net/1822/33817>



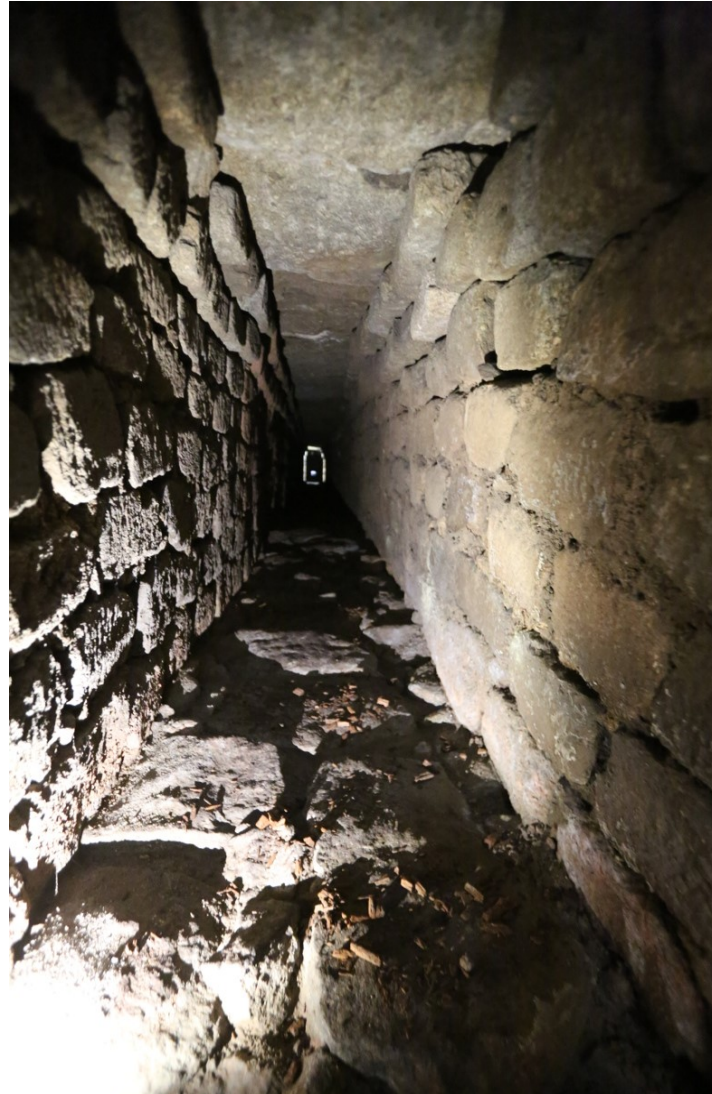


Figura 15 – Perspetiva geral do edifício n.º 1 da rua de São Paulo (BLCS) e pormenor das ruínas arqueológicas conservadas no interior

14 – Rua do Alcaide n.º 18-20

Entre 2016 e 2020 a UAUM realizou aqui trabalhos arqueológicos de escavação, que permitiram identificar um troço da cloaca romana do *Decumanus* principal oeste de *Bracara Augusta*. Trata-se de um testemunho importante que confirma o traçado ortogonal regular da cidade romana, razão porque foi conservado e, por decisão do proprietário, arquitetonicamente integrado no espaço da cave.

Referências:

FONTES, L., MAGALHÃES, F., MACHADO, D., SILVA, L., ALVES, A., CATALÃO, S. e FERNANDES, L. (2020). Projeto de Remodelação e Ampliação de Edifício. Rua do Alcaide, n.º 18-20, Braga, Relatório Final, *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, N.º 97, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. <https://hdl.handle/1822/68327>





Figura 16 – Perspetiva geral do edifício n.º 60-70 da rua do Alcaide e pormenor da cloaca

15 – Rua dos Bombeiros Voluntários (Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa)

Aquando das obras de construção do bloco de serviços do edifício do Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, em 1990-91, colocou-se a descoberto um amplo compartimento pavimentado com mosaico que corresponderia a parte de uma *domus* romana.

Pela sua raridade, foi decidido conservá-lo *in situ*, o que determinou a alteração do projeto arquitetónico de modo a integrá-lo na cave, fazendo hoje parte do circuito museológico de visita.

Referências:

ABRAÇOS, F., WRENCH, L., MOURÃO, C., LIMÃO, F. e GARCÍA J. (2017). O *corpus* dos mosaicos romanos do *Conventus Bracaravgvstanvs*, in *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão* (José M. Arnaud e Andrea Martins, coords.), APA: Lisboa, p.1109-1121.

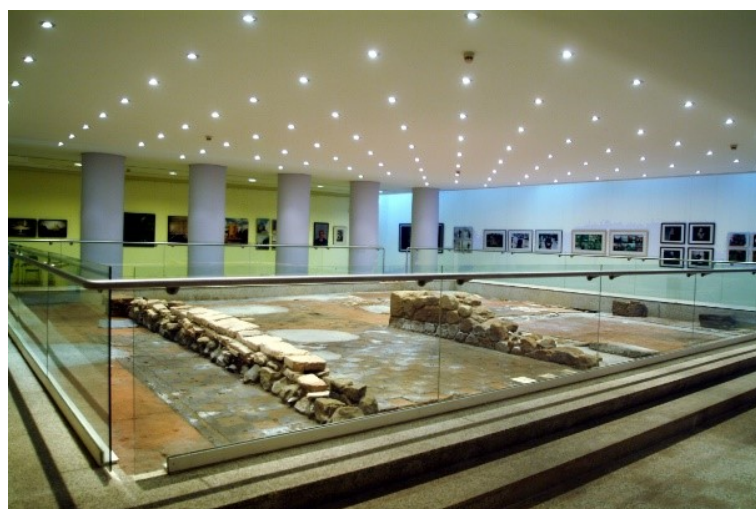


Figura 17 – Perspetiva geral do edifício do Museu de Arqueologia d. Diogo de Sousa, na rua dos Bombeiros Voluntários e pormenor das ruínas arqueológicas conservadas no interior (foto FEM07050005 MDDS A-1_09)

3.2. Projetos de valorização de património arqueológico

Dos seis exemplos selecionados de projetos de intervenção orientados exclusivamente para a valorização de património arqueológico, promovidos por entidades públicas e religiosas, quatro localizam-se na Área de Reabilitação Urbana (ARU)/Centro Histórico e dois na zona norte da cidade.



Figura 18 – Mapa com localização de monumentos arqueológicos objeto de projetos de valorização

A - Termas Romanas do Alto da Cividade

As termas romanas do Alto da Cividade estão intimamente associadas ao nascimento e desenvolvimento do projeto de arqueologia urbana de Braga, pois foi a sua descoberta, em 1977, que esteve na origem da posterior expropriação dos terrenos pelo município de Braga e conseqüente demarcação da área arqueológica protegida que é hoje a maior reserva arqueológica urbana do país, legalmente enquadrada pela classificação das termas como Monumento Nacional (Decreto n.º 1/86, DR, 1ª Série, n.º 2 de 03 janeiro 1986) e correspondente zona especial de proteção/ZEP (Portaria, 865/91, DR, 1ª Série-B, n.º 192 de 22 agosto 1991).

As escavações arqueológicas, que decorreram entre 1977 e 1999 sob responsabilidade da UAUM, permitiram exumar a totalidade do complexo de banhos públicos que aí se construiu nos inícios do século II e que, com múltiplas reformas posteriores, se manteve ativo até finais do século IV.

Em 2004, com a sua abertura à visita pública, concretizou-se o projeto de proteção e musealização do monumento, promovido pelo Município de Braga, dotando-se a área com um centro de receção e interpretação, com dispositivos multimédia que permitem ao visitante uma melhor compreensão da evolução arquitetónica e da organização funcional das termas.

Em 2014, a área arqueológica do Alto da Cividade, onde se insere o edifício de banhos romano, foi objeto de um projeto de beneficiação, realizando-se obras de demolições, de pavimentação, de vedação, de carpintaria e serralharia, limpeza, acondicionamento e conservação.

Referências:

MARTINS, M. (2005). *As termas romanas do Alto da Cividade, (Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas, 1)*, UAUM/Narq: Braga.





Figura 19 – Perspetiva geral da estrutura de proteção das Termas Romanas, na rua Rocha Peixoto e pormenor das ruínas arqueológicas conservadas

B – Quarteirão das Carvalheiras: *Domus* romana e arruamentos [projeto em elaboração]

O chamado quarteirão da Carvalheiras é outra das áreas de referência do projeto de arqueologia urbana de Braga. Objeto de escavações arqueológicas desde 1983, aí se conserva um significativo conjunto de ruínas correspondentes a uma habitação, que ocupa a totalidade de um quarteirão da cidade romana, delimitado por quatro ruas, em cujos limites são visíveis vestígios de outras casas. A edificação original, edificada no século I, corresponde a uma *domus* de átrio e peristilo, com pórticos a ladear as fachadas viradas às ruas, para onde abriam lojas instaladas no piso térreo. A habitação conheceu várias remodelações até ao seu abandono no século V, uma das quais contemplou a construção de um balneário, nos inícios do século II.

Trata-se de um dos mais significativos testemunhos do urbanismo de *Bracara Augusta*, razão porque sempre se reivindicou a sua conservação e valorização, reivindicação acolhida pelo Município de Braga em 2019, que em colaboração com a Universidade do Minho tem em elaboração um ambicioso projeto com os seguintes objetivos:

- Valorizar e abrir à visita a ‘Zona Arqueológica das Carvalheiras’, um conjunto de ruínas de grande valor científico, patrimonial e cultural, verdadeiramente emblemático das origens romanas da cidade de Braga e das suas características urbanísticas e arquitetónicas;

- Inscrever a ‘Zona Arqueológica das Carvalheiras’, bem como o seu futuro Centro de Interpretação, na rede de oferta turística e cultural de Braga, em associação com as outras áreas arqueológicas já visitáveis, bem como com outros monumentos e patrimónios da cidade;

- Adequar o espaço envolvente à ‘Zona Arqueológica das Carvalheiras’, situado a poente, para usufruto dos cidadãos e visitantes, transformando-o num parque da cidade, suscetível de ser aproveitado para fins culturais e de lazer;

- Reabilitar um imóvel situado na Rua Cruz da Pedra, propriedade da CMB, conferindo-lhe a função de Centro de Interpretação, que será a porta de entrada na área musealizada das Carvalheiras.

Referências:

MARTINS, M. (1997-98). A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto, *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, Braga, p. 23-45.
<http://hdl.handle.net/1822/10409>





Figura 20 – Perspetiva geral do quarteirão das Carvalheiras e pormenor das ruínas arqueológicas conservadas

C – *Domus* romana do Seminário Conciliar de São Pedro e São Paulo [projeto elaborado]

Mais conhecida por *domus* do Seminário de Santiago, as ruínas arqueológicas visíveis são o peristilo com tanque central decorado com mosaico, datável dos séculos II-IV, que foram identificadas em 1966 pelo Cónego Luciano dos Santos, então Reitor do referido Seminário, no âmbito de obras de melhoramento do claustro, no qual foram integradas. Novos e mais alargados estudos foram realizadas pela UAUM em 1984-85 e 2015-2016, confirmando a riqueza arqueológica do sítio.

Em 2018 e 2019, as direções do Seminário Conciliar e do Museu Pio XII promoveram a elaboração de um ‘Projeto de Reabilitação do Claustro e da domus romana no Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo’, com o objetivo de revalorizar o conjunto de ruínas romanas através de uma nova cobertura e de uma melhor contextualização dos vestígios já conhecidos, facilitando a sua visita e compreensão pelo público através da criação de um núcleo arqueológico interpretado.

Referências:

MARTINS, M., FONTES, L., MAGALHÃES, F., RIBEIRO, J., BRAGA, C., PEÑIN, R. e SILVA, J. (2017). Salvamento de Bracara Augusta. Projeto de Reabilitação do Claustro e da Domus Romana no Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo e Museu Pio XII/Braga (BRA16SST). Relatório Final, *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, N.º 62, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/49811>



47



Figura 21 – Perspetiva geral do Seminário Conciliar de São Pedro e São Paulo e perspetiva do claustro com peristilo romano

D - Fonte do Ídolo: santuário rupestre romano

Referenciada desde o século XVIII, a chamada Fonte do Ídolo é uma nascente de água que *Celicus Fronto* monumentalizou entre os anos 1 e 51, esculpindo um dos mais notáveis santuários rupestres da Península Ibérica dedicando-o às divindades *Nabiae* e *Tongoe Nabiagoi*.

Classificada como Monumento Nacional em 1910, conheceu um primeiro projeto de valorização em 1937, promovido pela extinta Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, mas nunca foi verdadeiramente apropriado pelos bracarenses nem integrado nos circuitos de visita turística, sendo progressivamente votada ao abandono.

Em 2002 e acompanhando a valorização da história de *Bracara Augusta*, despoletada pelos resultados da arqueologia urbana em Braga, a ex-DGEMN, a UAUM e o Município de Braga, que assumiu a gestão do monumento, concretizaram um novo projeto de estudo, conservação e valorização, de que resultou o atual equipamento museológico, que para além de permitir a visita, oferece conteúdos expositivos que explicam e contextualizam a Fonte do Ídolo.

Referências:

GARRIDO ELENA, A.; MAR, R.; MARTINS, M. (2008). *A Fonte do Ídolo: análise, interpretação e reconstrução do santuário*, (*Bracara Augusta*. Escavações Arqueológicas, 4), UAUM/Narq: Braga.
REDENTOR, A. (2011). *op. cit.*, I, p.382-388 e II, p.41-42.





Figura 22 – Perspetiva geral da entrada da Fonte do Ídolo e pormenor do monumento.

E – Convento de São Francisco de Real [projeto elaborado em fase de concurso para execução]

Na sua forma atual, maioritariamente datável do século XVIII, o convento de São Francisco corresponde à 4.^a edificação monástica que se sucede no local, que tem origem no Mosteiro de São Salvador de Montélios, edificado cerca de 665 junto ao mausoléu de São Frutuoso.

Nas décadas de 30 e 40 do século XX, a ‘capela’ de São Frutuoso foi objeto de uma intervenção de restauro/reconstrução, promovida pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Em 1997 o convento de São Francisco e parte da cerca anexa foram adquiridos pela Câmara Municipal de Braga, que aí instalou uma “quinta pedagógica”. Entre 2004 e 2011, o Município de Braga promoveu projetos de adaptação do convento a Pousada da Juventude, que não se concretizaram.

Em 2015, a Câmara Municipal de Braga e a Universidade do Minho acordaram promover a conversão do Convento de São Francisco de Real em equipamento cultural. No contexto da definição de um programa de reabilitação para o Convento de São Francisco de Real, Braga, que começou por assegurar a contenção da ruína, interrompendo o processo de degradação a que o mesmo estava sujeito, a Universidade do Minho promoveu também a realização de estudos arqueológicos,

através da UAUM e a elaboração de um projeto de arquitetura, através do Centro de Estudos da sua Escola de Arquitetura, propondo um adequado uso cultural do mesmo, na dupla vertente de visitação pública e de produção e difusão de conhecimento.

O projeto de intervenção, intitulado “Conservação, Valorização e Promoção do Convento de São Francisco de Real, Braga”, é promovido pelo Município de Braga, que viu a sua candidatura a financiamento ser aprovada (Programa NORTE 2020 - Programa Operacional Regional do Norte - Aviso N  NORTE-14-2019-17), aguardando-se agora a tramitação do concurso público para execução da obra.

O projeto estabelece a reposição da coesão espacial do conjunto monumental composto pela Igreja de São Francisco, Mausoléu de São Frutuoso e Convento de São Francisco, tendo em vista a sua visitação integrada. O programa base estabeleceu um uso duplo:

- Monumento aberto   visitação interpretada, com circuito que inclui os dois primeiros pisos do convento, o mausoléu, a igreja e a sacristia;

- Centro de Documentação e Investigação nos domínios da arqueologia, arquitetura e história, que ocupar  o terceiro piso do convento, acolhendo uma biblioteca especializada e gabinetes de apoio   investigação. Será este centro, da responsabilidade da UAUM, que assegurar  o serviç o educativo e de visitação.

Referências:

FONTES, L., ANDRADE, F., PIMENTA, M., CATALÃO, S. e MOREIRA, L. (2020). Convento de São Francisco. Campanha de 2015. Relatório Final. *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, N.  87, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

<http://hdl.handle.net/1822/65692>

OLIVEIRA, M. e FERREIRA, T. (2015). *Metamorfoses do Convento de São Francisco de Real. Reconhecimento, análise e interpretação*, Lab2PT/EAUM: Guimarães.

<http://hdl.handle.net/1822/49033>







Figura 23 – Perspetiva geral do Convento de São Francisco de Real e pormenores do interior da igreja, do mausoléu, da ala sul e do claustro.

F – Núcleo Museológico de Dume

Entre 1987 e 1991, na sequência das obras de ampliação da igreja paroquial de Dume e de restauro da capela de Nossa Senhora do Rosário, realizaram-se escavações arqueológicas no subsolo do adro e no interior da igreja e da capela, colocando-se a descoberto importantes vestígios arqueológicos da basílica e mosteiro do período Suevo, associados a São Martinho de Dume, que fundamentaram a sua classificação como Monumento Nacional (Decreto n.º 45/93, de 30-11).

As escavações arqueológicas viriam a prosseguir até 2017, confirmando-se uma longa sequência de ocupação, que se iniciou no século I com a construção de uma *villa* romana, ampliada com um balneário nos séculos III-IV. No século VI, o rei suevo Charrarico fez construir uma basílica cristã, de planta em cruz com cabeceira trilobada, que São Martinho sagrou sede episcopal. Adaptando a *villa* romana pré-existente, este mesmo bispo fundou aí um mosteiro, que sobreviveu até aos finais do século IX, quando o bispo Sabarico se transferiu para Mondonhedo, no norte da Galiza.

A importância científica e histórico-cultural das ruínas arqueológicas de Dume justificou o desenvolvimento de um projeto de estudo, conservação e valorização, promovido conjuntamente pela Junta de Freguesia de Dume (agora U. F. Real, Dume e Semelhe) e pela UAUM, que se concluiu em 2017 com a inauguração oficial do Núcleo Arqueológico de Dume, com projetos de obras elaborados pela Câmara Municipal de Braga e executados com financiamento municipal e de fundos europeus.

O projeto de visita assentou na criação de um circuito entre o edifício que alberga o túmulo e a igreja, sob o atual adro. O visitante pode, assim, não só observar o monumento funerário, como fazer uma espécie de ‘viagem no tempo’, circulando em cave pelo adro e interior da igreja, vendo ruínas da *villa* romana e do mosteiro e basílica Suevas. O circuito de visita e os conteúdos expositivos são acessíveis a pessoas com mobilidade, visão e audição reduzidas.

Referências:

FONTES, L. (2018). *Núcleo Museológico de Dume. Guia*, [versão EN: *Museum Centre of Dume. Guide*], Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho: Braga. <http://hdl.handle.net/1822/55052>





Figura 24 – Perspetiva geral do Núcleo Museológico de Dume e pormenores das ruínas arqueológicas conservadas e do Túmulo de São Martinho de Dume.

4. A intervenção no edifício nº 1 da Praça da República

O edifício da Praça da República, nº 1 (U. F. de São José de São Lázaro e São João do Souto, Braga), foi objeto de obras de reconstrução e ampliação licenciadas aos proprietários Herdeiros de Maria da Silva Pinhão, que se concluíram em 2019. Por se situar em área com condicionantes arqueológicas ³⁷ e no cumprimento da legislação em vigor ³⁸, as obras foram precedidas de trabalhos arqueológicos de acompanhamento e de sondagens, para avaliação dos possíveis impactos sobre eventuais vestígios arqueológicos.



Figura 25 – Perspetiva geral da Arcada. Ao centro, de cor branca, o edifício nº 1 da Praça da República.

A intervenção arqueológica ³⁹ decorreu entre julho de 2018 e novembro 2019. A direção científica e técnica dos trabalhos arqueológicos foi assegurada pelo autor deste ensaio. Os trabalhos de campo foram realizados por uma equipa da UAUM formada pelos

³⁷ Por se localizar na zona de proteção da Torre de Menagem do castelo de Braga, estrutura classificada como Monumento Nacional (Portaria DG, 2ª série, nº 58 de 09 de março de 1962) e pela proximidade da passagem da Via XVIII que ligava *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta*, também conhecida por Via Nova ou Jeira, zona onde poderiam surgir vestígios de necrópole, já identificada em anteriores trabalhos arqueológicos na Praça da República.

³⁸ Lei 107/01, D.R. – Série I-A, N.º 209, de 8 de Setembro de 2001, Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de Julho e Carta de Condicionantes do PDM de Braga em vigor - cf. Ofício n.º S/427/DMUOPSA/2015 (Ref.10983/2015), de 19/06/2015, no qual se estabeleceu a necessidade de realizar trabalhos arqueológicos de acompanhamento da obra.

³⁹ Autorizada pela DRCN-DSBC (ofício n.º S-2016/401972 [C.S:1111221], DRP-DS/2004/03-03/12290/PATA/6882 [C.S: 147135] de 30/06/2016).

arqueólogos Luís Silva, Fernanda Magalhães, Maurício Guerreiro, Cristina Braga, Francisco Andrade e Diego Machado, bolsiros de investigação da UAUM, e pelo técnico de arqueologia Eurico Nuno Machado. A arqueóloga Alexandrina Amorim Alves, igualmente bolsira de investigação da UAUM, assegurou a componente de antropologia biológica, decorrente da identificação de sepulturas.

4.1. Objetivos e metodologia

Conforme disposto no Plano de Trabalhos Arqueológicos aprovado pela DGPC e visando dar resposta às condicionantes arqueológicas estabelecidas pela tutela, estabeleceram-se como objetivos da intervenção arqueológica confirmar a possível existência de vestígios arqueológicos, proceder ao seu registo e avaliar a sua importância e estado de conservação.

Para o efeito procedeu-se, numa primeira fase, ao acompanhamento das demolições projetadas e registo detalhado das preexistências, através de fotografia e desenho, e numa segunda fase à escavação arqueológica de duas sondagens de diagnóstico na área onde estava projetada a implantação de uma sapata e da caixa de um elevador. Verificada a existência de ruínas com importante valor arqueológico, histórico e patrimonial, foi decidido, em reunião entre todas as partes envolvidas (UAUM, proprietário e tutela), o alargamento da área de escavação para melhor compreender os vestígios identificados.

Os registos gráficos e fotográficos produzidos no decorrer dos trabalhos arqueológicos foram depositados na UAUM, e o espólio exumado foi depositado no M.D.D.S., após o seu tratamento e acondicionamento preliminar realizado na UAUM pela equipa que realizou os trabalhos arqueológicos.

4.2. Principais resultados

Os trabalhos permitiram a identificação de um conjunto de estruturas associadas às diversas fases de ocupação do local e de evolução arquitetónica do edificado.

A ocupação mais recente diz respeito ao edifício tal como se encontrava no início da intervenção, do qual foi possível identificar e registar uma série de estruturas que o conformavam, como paredes, pavimentos, canalizações e caixas de saneamento, que se sobrepuseram a estruturas anteriores relacionados com as transformações setecentistas e oitocentistas da Arcada, designadamente arcarias e vãos interiores entaipados.

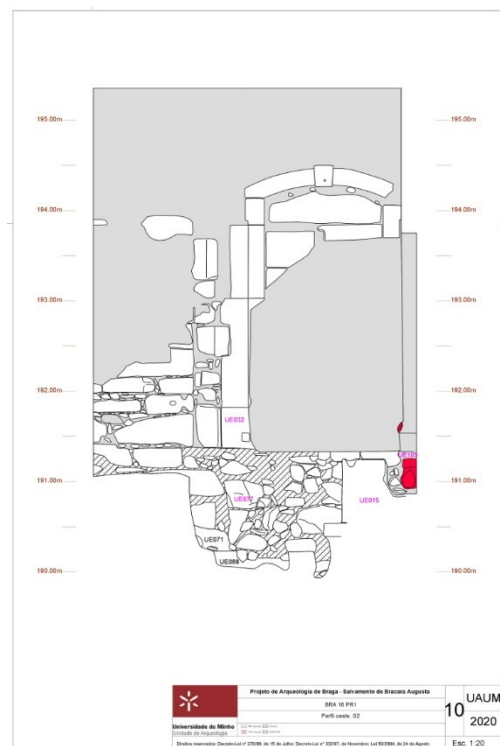


Figura 26 – Perspetivas do interior do edifício na fase de demolição e pormenor de registo estratigráfico parietal.

Foi também possível reconhecer estruturas correlacionadas com os restos do castelo de Braga, praticamente todo demolido nos inícios do século XX, nomeadamente restos do cubelo sudeste do castelo medieval (século XIV) e os alicerces do torreão circular sudeste da 'cerca manuelina' (primeiro quartel do século XVI), que posteriormente recebeu um poço/cisterna no seu interior.





Figura 27 – Pormenores dos alicerces do cubelo medieval e do torreão manuelino e poço, em fase de escavação.

Os dados agora recolhidos permitirão desenvolver estudos futuros em relação à configuração do castelo de Braga, que aparece diferentemente representado na cartografia histórica da cidade.

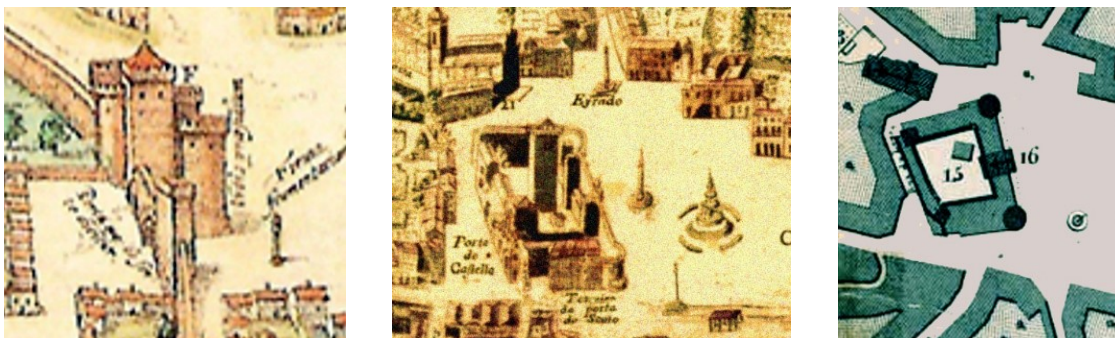


Figura 28 – O Castelo de Braga nos mapas de Braga de 1594, 1755 e 1860 (da esquerda para a direita)

Finalmente, os vestígios da ocupação mais antiga, documentados na intervenção, remetem para um núcleo tardio da necrópole romana associada à via XVIII, do qual foram individualizadas quatro sepulturas abertas na alterite granítica, sem estrutura funerária, com exceção de uma que possuía uma cobertura em tijoleira. Apenas uma delas continha espólio funerário, composto por duas braceletes em vidro negro opaco, de provável produção bracarense datável dos séculos IV-V.



Figura 28 – Pormenor de sepulturas em fase de escavação e registo planimétrico.

Em síntese, os trabalhos arqueológicos aqui realizados permitiram colocar a descoberto vestígios da ocupação continuada do local, desde a época romana até à atualidade. Começou por ser uma zona de necrópole, nas proximidades da entrada nordeste da cidade romana servida por uma das mais importantes vias que ligavam *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta*, a chamada Via Nova ou Jeira, que atravessava a Serra do Gerês.

Com a expansão da cidade na Baixa Idade Média, aqui se edificou o castelo, que na primeira metade do século XIV fechou a cerca urbana que então defendia Braga. Herdando a antiga ligação viária romana, foi também a poucos metros daqui que se abriu uma das mais importantes portas da urbe medieval, a Porta do Souto, em torno da qual se foi fixando a atividade comercial.

Nos séculos seguintes o lugar foi reforçando a sua funcionalidade como espaço de comércio, recebendo alpendres para acolhimento dos mercadores, dando origem ao nome porque hoje é generalizadamente conhecido: a ARCADA.

Lugar central da estrutura urbana bracarense, enquadrando a ampla praça da Avenida Central, foi sendo objeto de contínuas transformações ao longo dos séculos XIX e XX, constituindo atualmente uma das mais icônicas referências arquitetônicas da cidade de Braga.



Figura 30 – Planta geral das estruturas arqueológicas identificadas.

Face aos resultados obtidos e ao reconhecimento da sua importância no contexto da história urbana de Braga, conforme exposto acima, concluiu-se não ser possível construir a cave prevista, recomendando-se a alteração do projeto de modo a considerar a:

- Conservação dos alçados interiores sem revestimento, de modo a permitir a leitura da sequência construtiva que ilustram;
- Integração museológica dos vestígios medievais e modernos do castelo de Braga aí identificados, através de soluções de pavimentação que permitissem a sua visualização;

– Manutenção, *in situ*, do baixo-relevo com representação da esfera armilar conservada na fachada, pela sua evidente correlação com o torreão da ‘cerca manuelina’.

Estas recomendações foram submetidas à apreciação das entidades da tutela (Direção Regional de Cultura do Norte/DGPC e Câmara Municipal de Braga), das quais recolheu parecer favorável ⁴⁰. Foram simultaneamente comunicadas ao dono e promotor da obra que, reconhecendo os valores em causa, prontamente avançaram para a reformulação do projeto de modo a explorar todas as potencialidades de valorização patrimonial do edifício e de qualificação do estabelecimento comercial para aí previsto.

Realizadas as alterações ao projeto e garantida a proteção dos vestígios com valor patrimonial, histórico e científico, considerou-se não haver impedimentos à conclusão da obra projetada que, para além da alteração das fundações de modo a preservar *in situ* os vestígios identificados, contemplou a integração arquitetónica dos alicerces do cubelo medieval e do torreão manuelino através da colocação de um pavimento em vidro no piso de circulação do rés-de-chão, de modo a permitir a sua visualização pelas pessoas que aí circulem.



Figura 31 – Pormenores da solução de preservação dos vestígios do poço/cisterna.



⁴⁰ CMB/DMUOP: Ofício n.º 643/2019, de 09/01/2019; DRCN: Ofício n.º S-2019/508225 (C.S:1395791), de 14/11/2019.



Figura 32 – Pormenores da integração dos alicerces do torreão manuelino.



Figura 33 – Planta dos vestígios arqueológicos integrados.

Referências:

FONTES, L., SILVA, L., MAGALHÃES, F., MACHADO, D., ALVES, A. e CATALÃO, S. (2020). Salvamento de Bracara Augusta. Reconstrução e ampliação do Edifício n.º 1 da Praça da República, Braga. Relatório Final. *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, N.º 91, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
<http://hdl.handle.net/1822/68288>

4.3. Conteúdos expositivos

Perante os resultados proporcionados pela intervenção arqueológica e face ao desejo manifestado pelo proprietário e pelo promotor de integrar os testemunhos identificados, foi proposto valorizar o espaço com a reconstrução de duas das sepulturas e acordado produzir conteúdos expositivos que proporcionassem aos visitantes apreender a importância e significado histórico-cultural do edifício. A circunstância de a reconstrução e ampliação se destinar a acolher um estabelecimento comercial com a designação *Urban Project* ofereceu-nos o pretexto para abordar a história da evolução da forma urbana da cidade - the *urban fabric*.

Para além de as soluções decorativas do estabelecimento incorporarem iconografia relacionada com a representação histórica da cidade de Braga, como as reproduções do *Mappa da Cidade de Braga Primas*, de André Soares, entendeu-se interessante usar o vão das escadas que servem os 5 pisos do edifício para proporcionar uma leitura da história da forma urbana de Braga, propondo um percurso ascendente que proporcionasse ao visitante a compreensão das sucessivas cidades que se foram sobrepondo.

Começando no piso 0 com a fundação romana de *Braga Augusta* e nos pisos seguintes com as principais etapas de evolução, um conjunto de sete painéis reproduzem as principais formas que a cidade conheceu, complementada nos patamares intermédios com monitores que passam imagens correlacionadas. Com este percurso ascendente, simultaneamente físico e conceptualmente cronológico, o visitante mais facilmente assimilará a ideia de história como percurso temporal, dinâmico, que culmina na chegada ao terraço, disfrutando aí de uma deslumbrante vista panorâmica sobre a cidade atual, que então perceberá carregada de história.



Figura 34 – Pormenor das sepulturas dos séculos IV-V reconstruídas no piso 0.

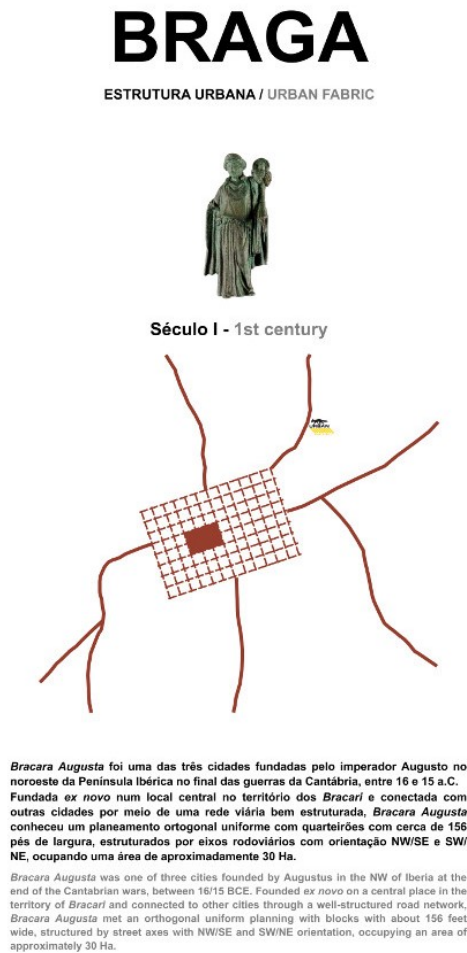


Figura 35 – Reprodução do painel do piso 0 e perspetiva dos painéis 6 e 7 no piso 4.

Hoje, o edifício n.º1 da Praça da República, para além do seu valor específico como peça arquitetónica, oferece-se-nos como um mediador da história milenária da cidade de Braga. Por todas essas razões e com total anuência do proprietário, a UAUM propôs, ao abrigo do n.º 1 do Artigo 25.º da Lei n.º 107/200, de 8 de Setembro (DIÁRIO DA REPÚBLICA - I SÉRIE-A, N.º 209 - 8 de Setembro de 2001) e nos termos do n.º 1 e n.º 6 do Artigo 15.º da mesma Lei, a sua classificação como Monumento de Interesse Municipal.

5. Da cidade à paisagem urbana: projetar com arqueologia

Como já referimos acima, quaisquer ‘sítios-cidade’ se inscrevem numa paisagem urbana mais ou menos alargada, razão pela qual a arqueologia urbana não deve limitar-se ao núcleo central ou centro histórico, ou ‘cidade antiga’, devendo igualmente considerar o território correlacionado, isto é, a paisagem urbana em que se inscreve ⁴¹.

Esta abordagem, espacialmente alargada e multi-escala, é tão necessária à compreensão das cidades antigas quanto ao planeamento das cidades do futuro, porque mesmo que o presente seja já um mundo da ‘pós-cidade’, com o espaço citadino de outrora alargado a territórios de ‘urbanização generalizada’ ou ‘cidades genéricas’, a cultura urbana está na ordem do dia e o respeito pelo património impõe-se ⁴².

Apesar de o fenómeno urbano depender cada vez mais de fatores exógenos, como os fluxos tecnológicos, telecomunicações e transportes, que induzem uma profunda alteração da dimensão espaço-temporal em que a vivência quotidiana acontece, as pessoas continuam a sentir necessidade de se identificarem com os lugares a que atribuem significados pelas experiências vividas. Identificação definida pelas memórias desses lugares, criadas com base nos seus atributos físicos e culturais ⁴³.

Não os lugares indiferenciados, dispersos, fragmentários e multipolares determinados pela metropolização da paisagem urbana, mas sim lugares específicos em relação aos quais há um vínculo emocional que nos faz dizer ‘sou daqui’ ou ‘sou dali’ – que nos faz dizer ‘sou de Braga’.

Neste sentido e fazendo corresponder à paisagem urbana bracarense o seu território concelhio, julgamos que a arqueologia pode contribuir para a criação da identidade cultural de Braga, fundamentando arqueologicamente a definição de uma nova área central que inclua os ‘centros históricos’ das freguesias dantes periurbanas e reforçando assim a necessária articulação entre a área urbana central (o tradicional Centro Histórico) e o restante território ‘rurbanizado’.

⁴¹ RECOMMENDATION ON THE HISTORIC URBAN LANDSCAPE (2011), Adotada pela 36.ª Conferência Geral da UNESCO, Paris, 10 November. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000215084.page=52>. Ver também *The UNESCO Recommendation on the Historic Urban Landscape Report of the Second Consultation on its Implementation by Member States*, 2019. UNESCO World Heritage Centre. <https://whc.unesco.org/en/hul/>

⁴² MONGIN, O. (2009). *A Condição Urbana. A cidade na era da globalização*, tradução de Leticia Martins de Andrade, Estação Liberdade: S. Paulo, p.15.

⁴³ CORREIA, V. (2017). *Da Memória à Manutenção da Identidade dos Lugares. Proposta de uma Resignificação Multifuncional no Martim Moniz em Lisboa*, Projeto Final para a obtenção de grau de Mestre em Arquitetura, FAUL: Lisboa, p.21-22.

A referenciação urbana desse ‘novo centro histórico’, através do poderoso mediador de memória que é o património arqueológico-arquitetónico aí reconhecido, traduzir-se-ia no que poderíamos designar como ‘novas portas da cidade’, a materializar por projetos de requalificação urbana que servissem para as formalizar.

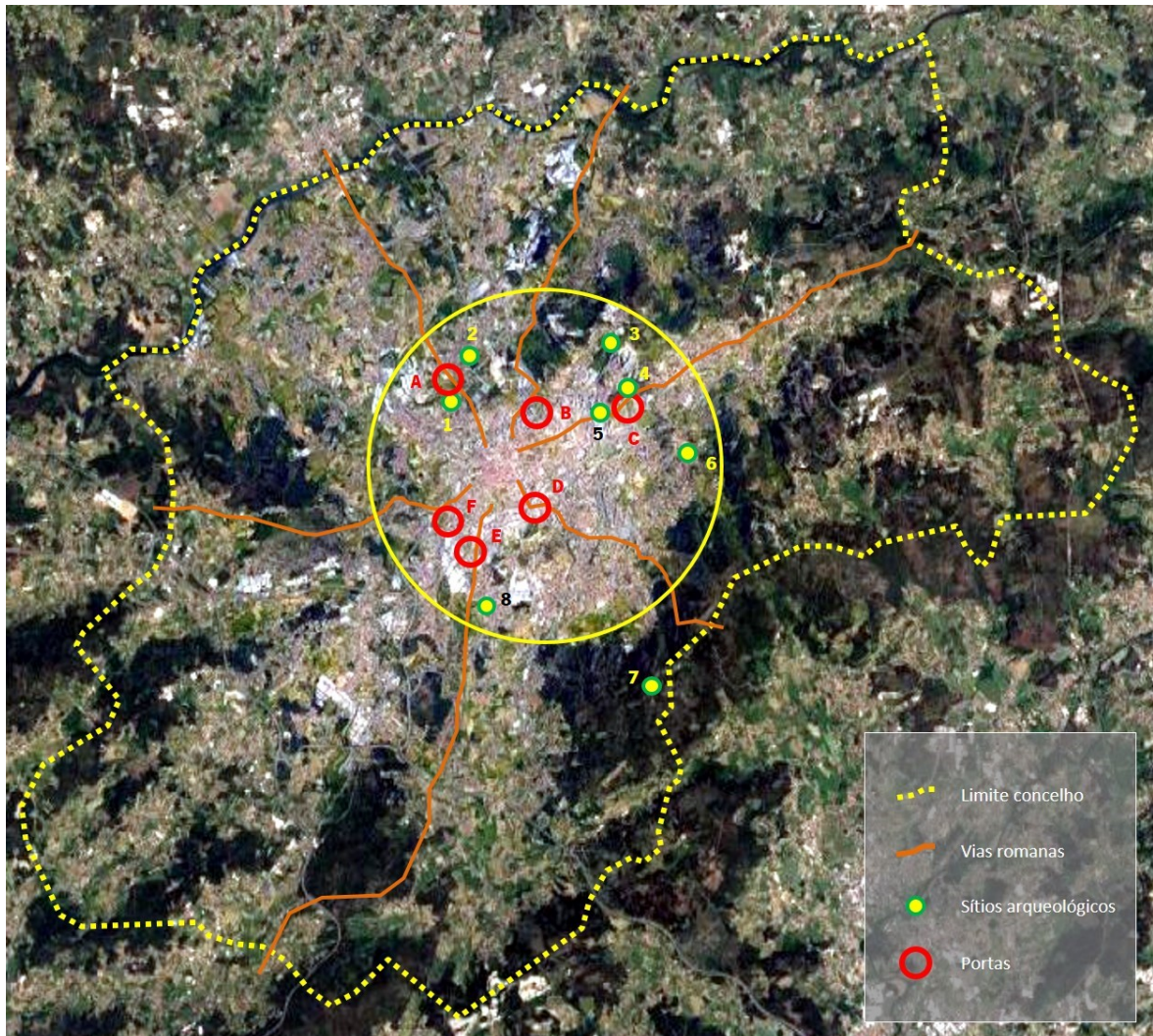


Figura 36 – A paisagem urbana bracarense e a nova área central.

Sítios arqueológicos: 1 – Convento de São Francisco de Real; 2 – Núcleo Museológico de Dume; 3 – Sistema de captação de água das Sete Fontes; 4 – Conduto romana do campus universitário de Gualtar; 5 – Fábrica Confiança; 6 – Castro de Nossa Senhora da Consolação; 7 – Castro e complexo palatino Suevo de Santa Marta das Cortiças; 8 – Igreja ‘velha’ de São Pedro de Lomar. Portas ‘novas’: A – Porta de Ponte de Lima; B – Porta do Gerês; C - Porta da Póvoa de Lanhoso; D – Porta de Guimarães; E – Porta do Porto; F – Porta de Barcelos.

Conforme se evidencia na Figura 36, a área central da paisagem urbana bracarense já não corresponde apenas ao chamado centro histórico, que basicamente corresponde ao perímetro das cidades romana e medieval, com cerca de 60 hectares, alargando-se hoje aos limites das freguesias contíguas, desenhando uma mancha ininterrupta com cerca de 800 hectares!

Ainda é notória a influência da antiga rede viária de época romana, ao longo de cujos eixos se estruturou a expansão da cidade, bem como a elevada densidade de sítios arqueológicos correlacionados distribuídos pela bordadura dessa mancha central. Não por acaso, é aí que se implantam as principais rotundas que distribuem o tráfego rodoviário de entrada e saída da cidade e que, como qualquer rotunda, são espaços pouco atrativos.

É justamente para esses locais que, sinalizando a ancestral rede de comunicações de que Braga foi um nó de primeira ordem, fixado pelas antigas vias romanas, cujo traçado se manteve ativo praticamente até aos finais do século XIX, e simultaneamente recuperando e identificando as referências e orientações geográficas e reforçando a perceção da interligação regional de Braga, que propomos as novas portas da cidade:

- A - Porta de Ponte de Lima / Via XIX (rotunda da Reta do Feital/Av. D. Eurico Dias Nogueira)
- B - Porta do Gerês / Via XVIII, Jeira ou Via Nova (rotundas de Infias)
- C - Porta da Póvoa de Lanhoso / Via XVII (rotundas da UM e do ILN)
- D - Porta de Guimarães / via não referenciada no Itinerário de Antonino mas arqueologicamente documentada (rotunda de São João da Ponte)
- E - Porta do Porto / Via XVI (rotunda Ponte Pedrinha ou das Portas)
- F - Porta de Barcelos / Via XX (rotunda Padre Cruz)

6. Considerações finais

A convergência conseguida no domínio da atividade arqueológica entre a investigação (Universidade do Minho) e a gestão (Câmara Municipal de Braga), partilhada pelas entidades da tutela (Direção Regional de Cultura do Norte e Direção Geral do Património Cultural) e serviços dependentes (Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa), constitui um fator determinante dos bons resultados obtidos.

Importaria, no futuro, consolidar institucionalmente essa articulação, porventura através da criação de uma estrutura de gestão comum, integradora, para estudo,

conservação, valorização e difusão do património de Braga, associando também, entre outros, a Mitra e o Cabido Bracarenses, a Associação Comercial de Braga, a Entidade Regional de Turismo, o Museu Pio XII, os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Cultura ⁴⁴.

A essa estrutura de gestão caberia coordenar projetos de intervenção, de acordo com programas plurianuais orientados por objetivos bem definidos e com mecanismos de avaliação que permitissem valorar ou corrigir os resultados obtidos, eliminando a ameaça sempre presente de uma prática casuística da arqueologia. Nesta matéria poderia avançar-se, desde logo em sede de regulamentação a inscrever nos instrumentos de gestão urbana, para a obrigatória integração da componente de arqueologia em fase de projeto e correlacionada definição prévia de cadernos de encargos para as intervenções arqueológicas.

Nas soluções arquitetónicas de integração de património arqueológico constata-se uma efetiva adoção de propostas museologicamente didáticas que, para além de demonstrarem a importância social da arqueologia, permitem a formulação de discursos arqueológicos através dos quais se transmite conhecimento. E apesar de alguns dos exemplos descritos não satisfazerem plenamente o carácter didático que se defende para a integração/musealização dos vestígios, pelos diferenciados usos dos espaços, por deficiências técnicas e por ausência ou lacunas de conteúdos explicativos, Braga é consensualmente reconhecida como “(...) um exemplo para as políticas de musealização de sítios arqueológicos a nível nacional” ⁴⁵.

Como julgamos ter demonstrado nas páginas anteriores, a arqueologia é uma componente fundamental da estratégia de reabilitação urbana em Braga, seja pela renovação e aprofundamento do conhecimento sobre a história da sua evolução, conhecimento fundamental para planear uma cidade socialmente coesa e inclusiva, culturalmente sustentável e economicamente viável, seja pela recuperação e integração de património arqueológico na modernizada estrutura física da cidade e na vivência quotidiana dos seus habitantes, contribuindo para a sua atratividade.

Arriscamos escrever que hoje, passados mais de 40 anos do projeto de arqueologia urbana de Braga e como demonstram as experiências descritas, a arqueologia deixou de ser percecionada como um obstáculo à reabilitação da cidade, para passar a ser entendida como uma oportunidade de desenvolvimento inovador.

⁴⁴ MARTINS, M. e FONTES, L. (2007-2008) – Uma estratégia para o património bracarense: a criação de um Parque Cultural Europeu em Braga, *FORUM*, 42-43, Universidade do Minho: Braga, p.255-286.

⁴⁵ FERREIRA, D. e VAZ, F. (2012). Discursos museológicos aplicados à arqueologia – O caso de Braga, in Asensio, Moreira, Asenjo & Castro (Eds.), *SIAM. Series Iberoamericanas de Museología*, Vol. 7, p.191-200.